

A ATUAÇÃO DE ONGS NO CEARÁ: RECUPERANDO PRÁTICAS EDUCATIVAS NÃO ESCOLARES E REFLETINDO O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO PÚBLICO CEARENSE

Célia Maria Machado de Brito
Universidade Federal do Ceará

O surgimento de ONGs no Ceará, como no restante do Brasil, dá-se em um cenário de contestação e questionamentos em torno das políticas públicas oficiais, no momento em que se estruturam os chamados novos movimentos sociais (Sader, 1982). São iniciativas que tomam pulso em função de múltiplas demandas populares, como moradia, transporte, saúde, ao mesmo tempo em que se esboçam reivindicações em torno da superação da pobreza e da defesa comunitária ou cultural com ênfase em questões étnicas, ambientais, de gênero e de direitos humanos (Sherrer-Warren, 1999).

Com baixa densidade representativa, as ONGs alinham-se aos movimentos sociais assessorando e capacitando os grupos populares. A rigor, constroem sua identidade à sombra desses movimentos, num ambiente de contradição gerado na resistência dos setores organizados da sociedade civil às forças da ditadura militar.

No Ceará, muitas dessas organizações – algumas gestadas no seio da Igreja Católica e da teologia da libertação – envolvem-se na luta dos movimentos populares com atuação, tanto no campo, quanto nas periferias urbanas. Incorporando um ideário de resistência, destacam-se pela postura de oposição ao Estado, passando, inclusive, a articular lutas coletivas, num rico processo de educação política e popular¹.

No final da década de 70, início dos anos 80 e, depois, na fase pós-constitucional, momento em que as discussões apontam para a reelaboração de uma nova concepção de cidadania, o trabalho das ONGs no Ceará assume maior visibilidade, contribuindo para a organização e fortalecimento da sociedade civil, frente às estratégias do Estado.

A valorização da participação e a formulação de uma nova esfera pública, decorrentes de conquistas anteriores, repercutem no Estado, caracterizando um quadro diferenciado visível na profusão de iniciativas diversas: conselhos setoriais representativos, plenárias de consulta e comissões paritárias em áreas distintas que, sob a chancela da *gestão participativa*, imprimem nova feição ao movimento popular.

A política de participação popular na gestão pública cearense, ainda nos governos da chamada Nova República,

toma vulto com iniciativas do tipo *ticket de leite* e, depois, com o Programa dos *Agentes de Saúde*, implementado nos governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes. Caracterizadas pelo binômio *cooptação x perda de autonomia dos movimentos sociais* (Fiege, 2003), as práticas participativas demandadas por políticas públicas governamentais acabam promovendo forte inflexão nos movimentos sociais, contribuindo para um decréscimo na visibilidade desses movimentos e para a construção de um novo padrão de relacionamento com o Estado.

O governo Tasso Jereissati, inspirado nessa política de criação de *zonas de gestão popular*, institucionaliza a prática de conselhos que passam a compor a estrutura de gestão das áreas sociais, saúde, economia e educação. Bom exemplo disso são os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável – CMDS – e a implementação de centenas de outros conselhos nas áreas de saúde e educação instalados em todo o Estado.

O cenário dos anos 90 e o dos governos seguintes, condicionados pelas reformulações e ajustes estruturais do país, trazem importantes modificações para os movimentos sociais, influenciando, decisivamente, suas práticas organizativas e seu relacionamento com o poder público.

A partir de um discurso mais republicano, cresce, no âmbito das ONGs, a crença no ideário de uma utopia possível que se volta para práticas e relações de parceria com o poder público, redimensionando os pólos da relação, antes concentrada na postura de negação ao Estado (SOCSEK, 2003).

A partir daí, especialmente, com a criação do Programa Comunidade/Capacitação Solidária e do Plano Estadual de Qualificação Profissional – PEQ – amplia-se o raio de atuação e participação de ONGs em tarefas de responsabilidades governamentais, evidenciando-se, na prática, um certo compartilhamento de ações no enfrentamento das problemáticas sociais.

No Ceará, esse processo se fortalece em relação direta ao crescimento de entidades civis com atuação no campo da assistência social e com a implementação de políticas compensatórias típicas dos governos neoliberais. Cresce o número de ONGs compartilhando atividades com o governo – às vezes fazendo por ele – ao mesmo tempo em que se irradia o espectro da filantropia empresarial e da realização de parcerias com o Estado.

Ajustadas a esse clima e assumindo posturas pró-ativas no compartilhamento das responsabilidades governamen-

tais, algumas ONGs, autorizadas pela Lei das OSCIPs, aparelham-se para encampar parcerias com o Estado, compondo o polêmico quadro do terceiro setor. Com configurações e atuações diversas, amplia-se a atuação das ONGs que, hoje, vão da operacionalização de políticas assistenciais – pela via da parceria ou terceirização de serviços – até tentativas de formulação, monitoramento e fiscalização do orçamento público. Dos subterrâneos da ação, quando se vinculavam aos movimentos clandestinos da ditadura militar do passado, ao momento atual, as ONGs cearenses apresentam visíveis modificações na natureza e formas de inserção social.

Fiege (2003) dá conta do crescimento e da diversificação do trabalho dessas organizações, nas mais diversas regiões do Estado, embora não saiba ao certo quantas ONGs atuam no Ceará. Estima um quantitativo que varia em torno de 200 a 250 organizações, embora² admita novos mapeamentos em cadastros e censos do terceiro setor anunciados pelo Grupo de Apoio ao Investimento Social (GAIS) e pelo Instituto Brasileiro do Terceiro Setor (IBTS), a referida pesquisa admite dificuldades para se obter dados sólidos, uma vez que, na atual conjuntura, conforme nos alerta Fiege (2003, p. 20).

... tudo é ONG no sentido literal da sigla, quando muitas vezes são apenas entidades civis de natureza beneficente, assistencial, caritativa, sem esquecer aquelas que são meras crias da área governamental que, segundo o autor, deveriam ser chamadas de organização quase não governamental – OQUANG – ou projetos de um dono só, indivíduo não governamental – ING.

Um ponto pacífico entre os estudiosos do tema parece ser a controvérsia em torno da natureza do trabalho e da eficácia das metodologias das ONGs no enfrentamento das questões sociais. Compreendidas, historicamente, pela relação de oposição ao governo, essas organizações incorporam, hoje, uma postura contraditória. Isso impõe o decantado exercício de *separar o trigo do joio*, como forma de perceber o alcance político das entidades que atendem pelo nome de ONG, distinguindo as de posturas subservientes, filantrópicas e de caráter duvidoso, daquelas capazes de contribuir com a construção e aprimoramento da democracia e de uma nova cultura política verdadeiramente participativa (PAIVA, 2003).

Na busca de uma compreensão mais aprofundada do papel político das ONGs na cena pública cearense, lancei-me à tarefa de localizar organizações comprometidas com a

democratização da educação e com alguma forma de inserção em escolas.

No lastro deixado pelo compromisso com a educação popular e com a construção da cidadania, ganha importância estratégica o trabalho de algumas ONGs que, na posição de liderança, voltam-se para a melhoria da escola pública. Dentre as ONGs com atuação no campo da educação e compromisso com a defesa da escola pública, a quem apresento, uma descrição mais detalhada, recuperando um pouco de sua história e forma de atuação no conjunto da luta em defesa da escola pública cearense.

O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA: trajetória e feitos no campo da defesa da educação pública

O CEDECA, como tantos outros centros de defesa existentes no Brasil, é fruto de uma articulação de entidades da sociedade civil – movimentos sociais, universidades e instituições – e parte constituinte do processo de legitimação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – processo ainda em curso, no Ceará.

Sua criação, em 1994, é precedida de um conjunto de movimentos e iniciativas comunitárias de atendimento a meninos e meninas de rua, no início da década de 80, momento em que, nacionalmente, é questionada a política de atendimento e assistência ao menor.

No Ceará, esse movimento tem a liderança do NUCEPEC³, da Pastoral do Menor, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, de ONGs e entidades como a OAB e outras ligadas a movimentos sociais. Incorporando-se à *Frente Nacional de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes*, a coordenação do movimento, em Fortaleza, promove em conjunto com o *Fórum Nacional Permanente de Entidades não Governamentais de Defesa da Criança e do Adolescente* (Fórum DCA), mobilizações no sentido de salvaguardar a inclusão de um artigo na Constituição que favoreça a causa.

Com apoio do UNICEF, discutia-se, no Ceará, a necessidade de se ter um centro de defesa específica para a questão da criança e do adolescente, sendo criado, a partir de um projeto do então vereador Durval Ferraz, o Escritório de Defesa dos Direitos Humanos. Esse escritório de defesa aglutinava esforços conjuntos da Prefeitura e da Câmara Municipal de Fortaleza, através da Procuradoria do Município, da Ordem dos Advogados do Brasil e da Faculdade de Direito da UFC, num projeto de extensão do Núcleo de Ações Jurídico-Universitárias – NAJUC.

É assim que, na esteira de luta pela efetivação do Estatuto da Criança e do adolescente, em 1994, surge o CEDECA, como um centro de defesa que trata de questões de proteção e acompanhamento à crianças e adolescentes, tendo um diferencial em relação a outras instituições: trata, exclusivamente, de demandas de natureza coletiva, questões que, de uma maneira ou de outra, têm o Estado como autor da privação de direitos. Daí, seu ingresso no campo da educação escolar.

Fundamentada em princípios instituídos na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, na Constituição Federal e no ECA, o CEDECA vem desenvolvendo seu trabalho, buscando associar *intervenção jurídica, mobilização social e comunicação para direitos*, com vistas à construção de uma sociedade que exercite plenamente os direitos humanos infanto-juvenis.

Com atuação, inicialmente só em Fortaleza expande, progressivamente, sua ação para a região metropolitana e, depois, para o interior do Estado, desenvolvendo atividades a partir de quatro grandes frentes: **Proteção Jurídico-Social; Produção de Conhecimento, Educação, Direito Pra Valer e Desenvolvimento Institucional**. Tomando a violação dos direitos como causa, e atuando, prioritariamente, a partir da denúncia de casos graves de violações de direitos empreendidos pelo poder público, a ação dessa ONG dá-se, através de atividades de

intervenções, monitoramento e acompanhamento de ações e orçamentos público; capacitação de sujeitos sociais para exigibilidade de direitos; intervenções administrativas e jurídicas e mobilizações junto à comunidades e parlamento, no sentido de ampliar a pressão social em torno da garantia de direitos de crianças, em observância às normas legais". (Site: [www//cedecaceara.org.br](http://cedecaceara.org.br))

Tendo a mídia como forte aliado, suas estratégias no campo da defesa da educação têm se voltado para articulação, mobilização e fortalecimento da luta a favor da democratização da educação e do ensino público, associando a estratégia de mobilização com intervenção jurídica.

Sua liderança na Comissão em Defesa da Educação Pública no Ceará e sua participação na Campanha Nacional pelo Direito à Educação, compondo a Coordenação Nacional e o Comitê Estadual e, ainda, sua participação em outros fóruns e atividades de mobilização voltados para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, conferem-

lhe papel de destaque na área educacional, trabalho reconhecido pelo Prêmio Itaú-UNICEF na categoria *mobilização pela educação*, em 1997.

O desenvolvimento e aprimoramento dos mecanismos de planejamento e gestão institucional constituem preocupação central na vida da organização. Sobrevivendo quase que exclusivamente da colaboração de fundos internacionais (Fundo governamental holandês – NOVIB, Cordaid e apoiadores do porte da instituição WCF do Brasil e da Misereor – Alemanha e outros), a ONG é estruturada por um quadro de sócios de mais de 50 pessoas da cidade de Fortaleza, de um Conselho Fiscal e de um corpo executivo de funcionários não sócios, para possibilitar o controle externo do trabalho desenvolvido. Frente à crise de auto-sustentabilidade que envolve as organizações sociais do país, inclui em suas preocupações a questão do financiamento e da autonomia.

Compreendendo a educação como *meio indispensável para a universalização da dignidade*, o CEDECA assume a defesa da educação e da consciência de justiça social como desafio, fazendo valer sua intervenção junto a grupos e movimentos populares do Estado. Comprometida com uma proposta político-pedagógica afinada com a perspectiva de construção de uma democracia participativa e elegendo como meta uma *educação pública e de qualidade social para todos*, define-se como ONG do campo democrático, incorporando à sua prática social elementos originários do campo da educação popular.

Uma periodização de sua trajetória construída, nesses dez anos de existência, sugere uma primeira fase, que vai da sua criação até mais ou menos o início dos anos 2000, seguida de uma outra ainda em curso.

A primeira, caracterizada pela ênfase em ações pontuais voltadas para a divulgação e legitimação do ECA (1990), caracteriza o caráter do *denuncismo* mais presente no início do diálogo com o poder público governamental, intensificado, na fase seguinte, com a incorporação da produção de mobilizações sociais, com maior ênfase na

formação e fortalecimento de redes, fóruns, atividades de lobby e pressão política (advocacy), comunicação na mídia e meios alternativos para divulgação de direitos e estímulos ao protagonismo social das comunidades vítimas de violação de direitos (Informação Verbal).

A defesa da educação, através do programa, *Educação Faça Valer Esse Direito* (1995), promove entre pais e co-

munidade a *consciência do direito e dever de colocar todas as crianças na escola* (Relatório, 1997), a partir de uma metodologia de trabalho que une mobilização a capacitação de lideranças comunitárias, através de campanhas em bairros da periferia de Fortaleza. Em função disso, busca articulação com outras ONGs, tendo como importante parceira, nessa fase, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos Herbert de Sousa, que atua na área do grande Bom Jardim, populoso barro da zona norte de Fortaleza, com quem partilha uma metodologia de trabalho para suprir uma demanda específica da falta de vagas em escolas da periferia. Um de seus primeiros desafios foi vencer o argumento do poder público de que havia vagas, os pais é que não procuravam, o que implicava responsabilizá-los. Isso obrigou o Ministério Público a intervir no processo.

Após atividades de mobilização, em que eram usados diferentes recursos de divulgação – carros de som, bonecos gigantes, cartazes, avisos em missas e rádios comunitárias, atividades circenses – foi discutido com a comunidade interessada o sentido do Estatuto da Criança e do Adolescente, as conquistas legais, o significado do direito à educação, orientando-a, através de oficinas sobre o direito de petição e suas diferentes utilizações. O passo seguinte consistia no cadastramento de crianças fora da escola, quando foram espalhadas em pontos estratégicos de diferentes bairros – escolas, igrejas e associações de moradores – bancas de cadastramento de crianças sem atendimento escolar, para qualificar a demanda, no intuito de solucionar o problema, garantindo os direitos previstos na lei.

Afirmando-se, num primeiro momento pelo embate a favor do acesso à escola, a discussão da qualidade do ensino, iniciada pelos aspectos da estrutura física, da composição da grade escolar e da formação dos serviços oferecidos, amplia-se numa ação conjunta com outras entidades, trabalhando a concepção de educação integrada a outros direitos. Bom exemplo disso foi a luta pela aquisição de medicamentos para crianças de escolas públicas de Fortaleza que necessitavam de remédios importados ou de alto custo, exigindo-os do poder público, conforme prescreve o Estatuto da Criança e do Adolescente (Relatório, 1997).

Pelo empenho, visibilidade e importância da luta empreendida em favor da garantia do acesso à escola, esta acabou tornando-se uma espécie de porta-bandeira da ONG, embora não seja essa sua única prioridade. Ao lado, e convivendo com campanhas de mobilização pela educação e escola, outras frentes de atuação fizeram-se presentes no cotidiano da organização.

A problemática da falta de vagas e da qualidade do serviço escolar, posta em evidência na realização da experiência de matrícula única, em 1999, sedimentou uma frente de luta a favor da defesa da escola que, reforçada pela campanha nacional, *Toda Criança na Escola*, determinou uma atuação mais intensa da sociedade civil, fiscalizando e fazendo valer a exigibilidade do direito previsto constitucionalmente. (Relatório da Comissão de Acompanhamento ao Processo de Matrícula Única em Fortaleza, 1999).

A primeira década do século XXI, que coincide com a elaboração do Plano Trienal dessa ONG para o período 2001-2003, traz-lhe novas frentes de luta e desafios no quadro da democratização da educação.

Compartilhando com setores da sociedade civil – partidos, sindicatos classistas, ONGs locais e nacionais – um espírito de resistência ativa às propostas neoliberais, o CEDECA toma como foco principal de atuação a *violação do direito, o controle e a fiscalização das políticas públicas universalizantes*, transformando necessidades e carências sócio-educacionais em agendas políticas (Comissão de Defesa do Direito à Educação, Relatório, 2003).

Nesse sentido, três acontecimentos marcam sua área de atuação: um é a intensificação dos processos de mobilização e articulação política, através da Comissão de Defesa do Direito à Educação em Fortaleza; outro é seu engajamento na Campanha Nacional por esses mesmos direitos e sua participação na coordenação do comitê estadual; e o terceiro é sua inserção e engajamento em áreas específicas de atuação, promovendo fóruns de educação nos bairros da periferia – primeiro no Passaré (FEP) e, depois, na praia do Futuro (FEPRAF).

Somando lutas localizadas de encaminhamento prático junto a órgãos governamentais locais – SEDUC/CREDE, COEDUC e suas Regionais – a estratégias nacionais em que figuram bandeiras de luta no plano das decisões macro-estruturais e inserção em atividades internacionais, como as da Semana da Ação Global⁴, o CEDECA vem equilibrando suas atividades, configurando mudanças em sua trajetória de atuação, agora ampliada pela articulação de lutas locais a estratégias nacionais.

Com participação em “chamadas” e divulgação de matrículas, dedicando especial atenção ao acompanhamento à rede de escolas públicas de Fortaleza – pesquisando e denunciando junto aos órgãos competentes e à sociedade em geral, as condições e fragilidades do sistema de ensino local – o CEDECA transpõe a disputa do terreno puramente jurídico-constitucional para o âmbito da luta social, ampliando seu raio de atuação.

Nesse sentido, algumas atividades sobressaem-se no rol das ações da ONG, nessa nova fase, com destaque para a formalização de denúncias junto a conselhos e órgãos de instâncias normativas – Conselho Estadual de Educação, Comissão de Educação da Plataforma de Direitos Humanos Econômico-Sociais e Culturais do Brasil (Plataforma DhESC Brasil), promoção de audiências públicas e debates na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e outros fóruns, em busca de uma maior atenção do poder público para a qualidade do serviço escolar, especialmente das escolas anexas de Fortaleza.

A singularidade do desempenho dessa organização, orientada quase sempre para democratização de políticas públicas universalizantes, impele-nos a ratificar a necessidade de se pensar o trabalho das ONGs em seu caráter contraditório, atentando para a necessidade de localizá-las a partir do lugar e do projeto político que encarnam, sob pena de cairmos em visões generalizantes, relacionando-as unicamente ao caráter funcional ao projeto educativo de viés neoliberal em curso.

Orientada numa postura contrária, a ONG em análise, sugere-nos um entendimento do fenômeno ONGs como espaço político contraditório que, mesmo vinculadas ao campo do terceiro setor, constituem dinâmicas singulares capazes de influenciar na construção de uma contra-hegemonia favorável à formulação de um novo projeto educativo, a defender do projeto político que desenvolvem.

O diferencial da proposta dessa ONG consiste, justamente, no caráter prático-político de suas ações e na determinação de favorecer a articulação das forças que reconhecem, dentro da diversidade, a necessidade de mudanças estruturais. Embora organizada a partir da lógica que orientam os empreendimentos privados, não pode ser vista, unicamente sob essas regras, visto serem mediadoras do reconhecimento dos direitos e representação de interesses das classes subalternas, tendo os princípios da igualdade e da justiça como objeto de negociação.

Referências Bibliográficas

- FIEGE, Hans-Jürgen. *ONGs no Brasil: perfil de um mundo em mudança*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. *Os sem-terra, ONGs e cidadania. A sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.

LANDIM, Leilah. *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome*. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Rio de Janeiro: 1993.

_____. ONGs é terceiro setor? In: *ONGs no Brasil: perfil de um mundo em mudança*. FIEGE, Hans-Jürgen (coord.) Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

LUDKE, M; ANDRE, Marli E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EDU, 1986.

PAIVA, Flávio. O papel político das ONGs. In: *ONGs no Brasil: perfil de um mundo em mudança*. FIEGE, Hans-Jürgen (coord.) Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

SÁDER, Emir. *Quando os novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza & Avritzer, L. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. *Democratizando a democracia – os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHERER WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo. (Org.) *Uma revolução no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SOCSEK, Daniel. *Da negação à parceria: breves considerações sobre relação entre ONGs-Estado*. Destaques do mundo do terceiro setor. Disponível em : < <http://www.rits.org.br> > Acesso em: 09/05/03.

Da COORDENAÇÃO do PRONERA-UECE À Secretaria da Educação Básica – SEDUC, CREDE 21/ Instituto de Educação-IEC

As iniciativas em torno da implementação dos Projetos de Escolarização e Formação para o Magistério, em nível médio, frutos da parceria entre UECE, Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, concebidos com recursos do Programa Nacional de Reforma Agrária no Ceará – PRONERA, as dificuldades e desafios vivenciados na consolidação das parcerias, somadas à relevância da ação proposta visto tratar-se de atender uma demanda educacional historicamente excluída das políticas públicas – a população do campo – tem nos incitado a uma reflexão que toma corpo, hoje, nesse documento, e dirige-se a todos aqueles que proclamam compromisso com políticas públicas democratizantes, especialmente os gestores, legalmente, responsáveis por sua operacionalização. Essa reflexão fundamenta-se nas recorrentes tentativas de se materializar esses discursos, fazendo valer desejos, compromissos e prioridades que, no cenário político legal deixam de ser intenções para ganhar força no aparato legal vigente.

No intuito de compreender, pontuar e nivelar compreensões já tão amplamente discutidas, este documento propõe-se a

relembrar fatos e fazer algumas reflexões em torno da construção da parceria, discussão que consideramos fundamental na construção de uma gestão compartilhada e efetivamente desenvolvida em múltiplas mãos. Embora não seja novidade para nenhuma das instituições envolvidas, o PRONERA, expressão da relação da sociedade civil com o Estado, traz certas particularidades que as faz diferente das demais políticas públicas educacionais. Gestada no seio dos movimentos sociais e tendo a sustentabilidade dos assentamentos de Reforma agrária como meta, caracteriza-se como um programa social v faz urgência retornar, mais uma vez, discussões iniciadas no final do ano de 2004, para consolidar e fazer valer os direitos constitucionais de todos (principalmente daqueles que, ao longo da história vêm sendo excluído da educação), através de uma parceria do INCRA/MST (PRONERA), UECE e Secretaria da Educação Básica do Ceará (SEDUC), condição primeira, embora não única, para concretização desse fato de suma e urgente importância para os moradores do assentamentos rurais do Ceará.

NOTAS

¹ Conforme Fiege (2003), no Ceará, podem servir de exemplo dessa geração de ONGs a Federação de Assistência Social – FASE, com atuação no Ceará, no período de 1975 a 1992; o Centro de Pesquisa e Assessoria – ESPLAR, fundado em 1974 (www.esplar.org.br), e o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador – CETRA, criado no início da década de 80 (e-mail: cetra1981@.cetra.org.br).

² No Brasil, alguns autores chegam a estimar um número de 500 mil entidades (Revista Integração/ Fundação Getúlio Vargas (2001), enquanto a Rede de Informações do Terceiro Setor (RITS) trabalha com um número de 250 mil ONGs de toda espécie. Fiege (2003), apoiando-se nas fontes do cadastro da ABONG, reconhece no Ceará, um quantitativo de 212 ONGs.

³ O Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas Sobre a Criança – NUCEPEC – é uma Organização Governamental vinculada ao Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, que envolve trabalho de professores e alunos em pesquisa e extensão dos serviços da universidade. A Pastoral do Menor criada em São Paulo foi lançada, nacionalmente, através da Campanha da Fraternidade em 1973. Em Fortaleza, começa a funcionar, em 1986.

⁴ A Semana de Ação Global é uma iniciativa que compõe os eventos do Grande Loby pela Educação Pública em todo o Mundo e constitui-se de atividades de mobilização, pesquisas em escolas como o Mapa das crianças, Jovens e adultos Fora da Escola